

FUNDAÇÃO BIENAL DE ARTE DE CERVEIRA, F.P.

Relatório e contas 2014

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

O exercício de 2014 encerrou com um resultado negativo de 48.588,18€. As vendas e prestações de serviços em 2014 totalizaram, 11.647,74 € e 8.437,68 € respetivamente.

Vendas e prestações de serviços	Valor	%
Vendas – Loja	11.647,74 €	58,0%
Prestação de serviços – Incubadora	4.109,45 €	20,5%
Prestação de serviços – Ateliers	1.640,00 €	8,2%
Prestação de serviços – Outras	2.688,23 €	13,3%
TOTAL	20.085,42 €	100%

As transferências e subsídios obtidos representaram 78,5% do total dos rendimentos, tendo contribuído para tal, os subsídios atribuídos pelo Município de Vila Nova de Cerveira, o cofinanciamento dos projetos "Incubadora" e "35 Anos" por parte do FEDER (ON.2); O Mecanato / apoios totalizaram 160,70 €, designadamente, a Hiscoç (160,70 €).

Transferências e Subsídios obtidos	Valor	%
Município de VN Cerveira	100.000,00 €	55,9%
IFDR, IP (projeto Incubadora – 85%)	17.928,97 €	10,0%
IFDR, IP (projeto 35 Anos – 85%)	58.209,38 €	32,6%
IEFP	2.478,68 €	1,4%
Mecanato / Apoios	160,70 €	0,1%
TOTAL	178.777,73 €	100,00%

Por outro lado, temos os juros de aplicações financeiras do capital fundacional, que se situou nos 5.940,12 €.

Finalmente temos os proventos e ganhos extraordinários, que refletem o montante das alienações de ativos fixos e a imputação do subsídio referente ao cofinanciamento do ON.2, relativo à aquisição dos Ativos fixos, tendo em conta as depreciações de 2014.

No agregado dos gastos, as rubricas de Fornecimentos e serviços externos e Custos com o pessoal são aos mais relevantes com aproximadamente 43,6% e 45,4% do total, respetivamente. As amortizações do exercício situaram-se nos 24.718,46 €, representando 8,9% do total dos gastos. O Custo das mercadorias vendidas, os Outros custos operacionais, os custos e perdas financeiras e os custos e perdas extraordinários têm um valor residual no Total dos mesmos. Os Fornecimentos e Serviços Externos (43,6%) dos custos distribuem-se por 5 centros de custo da seguinte forma:

Centro de Custo	Valor	%
Fundação Bienal de Cerveira	48.451,71 €	40,2%
Incubadora de Indústrias Criativas	17.939,76 €	14,9%
Bienal de Cerveira – 35 Anos	54.103,03 €	44,9%
TOTAL	120.494,50 €	100%

No que se refere aos custos com Pessoal, traduzem os custos associados à equipa da Fundação, nomeadamente o Diretor, 2 técnicos superiores e 2 administrativo, 1 auxiliar, 1 técnico de manutenção e 1 guarda.

Custos com Pessoal	Valor	%
Remunerações de Pessoal	102.867,85 €	82,0%
Encargos sobre Remunerações	21.623,11 €	17,2%
Seguro de Acidentes de Trabalho	951,28 €	0,8%
TOTAL	125.442,24 €	100%

Em matéria de custos, temos ainda as amortizações do imobilizado que se situaram nos 24.718,46 €, os outros custos operacionais, custos e perdas financeiras e os custos e perdas extraordinários que totalizaram, 558,80 €, 2.073,72 € e 704,86 €, respetivamente.

Na rubrica Fundos Patrimoniais estão refletidos os 260.000,00 € em meios financeiros líquidos, assim como as obras de arte doadas inicialmente à Fundação no valor de 1.055.950,90 €, estas estão evidenciadas no Balanço, de acordo com uma avaliação realizada por uma entidade credenciada. Nos Resultados Transitados está evidenciado o resultado líquido dos anos de 2010 a 2013.

O Passivo comporta os Empréstimos de curto prazo (66.064,38 €), as dívidas a fornecedores no valor de 1.953,61 €, ao Estado de 4.288,46 €, referente aos impostos (IVA, TSU e IRS) a pagar em Janeiro.

Nos Acréscimos e diferimentos, incluem-se nos acréscimos de custos as estimativas de férias e subsídio de férias (cerca de 16 mil euros) e nos proventos diferidos a participação por parte do ON.2 do imobilizado, que serão imputados a cada exercício de acordo com as amortizações dos bens, perfazendo em 31 de Dezembro de 2014, 22.946,21 €.

No Ativo, o montante afeto à imobilização diz respeito: - À propriedade industrial e outros direitos integram o valor do investimento em software, que em 2014 totaliza, 20.824,67 €.

- Às Outras Imobilizações Corpóreas dizem respeito às Obras de Arte do Acervo da Fundação Bienal de Cerveira:

Doador	Valor
Município de Vila Nova de Cerveira	776.450,90 €
Projecto - Núcleo de Desenvolvimento Cultural	172.500,00 €
Daniel Isidoro Unipessoal, Lda.	32.000,00 €
Henrique Silva, Pintor	45.000,00 €
José Rodrigues, Escultor	30.000,00 €
Aquisições 16ª Bienal de Cerveira	15.209,78 €
Aquisições 17ª Bienal de Cerveira	11.466,00 €
TOTAL OBRAS DE ARTE	1.082.626,68 €

- O equipamento básico, de transporte e administrativo, totalizam 515,36 €, 3.000,00 € e 93.231,69 €, respetivamente.

- Nas imobilizações em curso temos a aquisição de 50% do software MUSEO, o qual se destina à gestão do acervo da Bienal de Cerveira. Este ficará operacional no início do ano de 2015.

Em Estado e outros entes públicos temos as retenções de IRC efetuadas nos juros de depósitos a prazo (1.503,05 €) e a rubrica de outros devedores que se situaram nos 5.221,71 €.

Os depósitos bancários e caixa tiveram a expressão financeira dos meios financeiros líquidos, 262.302,81 €.

Os acréscimos e diferimentos refletem o valor dos acréscimos de proventos, nomeadamente os juros e os subsídios a receber, que de acordo com o princípio da especialização, somam 857,92 € e 62.224,34 €, e o valor dos custos diferidos para 2015 no valor de 60,13 €.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho Diretivo decidiu que o Resultado Líquido do Exercício de 2014 seja aplicado da seguinte forma: - Resultados transitados -48.588,18 €.

Agradecimentos

O Conselho Diretivo agradece a todas as Pessoas e Entidades que colaboraram e participaram nas atividades realizadas e contribuíram para os resultados alcançados em 2014.

Vila Nova de Cerveira, 13 de Abril de 2015

O Presidente do Conselho Diretivo,
João Fernando Brito Nogueira
Os Diretores,
Henrique Pereira da Silva
José Gonçalves Correia da Silva

BALANÇO A 31 DEZEMBRO 2014 FUNDAÇÃO BIENAL DE ARTE DE CERVEIRA, F.P.

Código das Contas POCP	ATIVO	EXERCÍCIO			
		31-12-2014		31-12-2013	
		A.B.	A.A.	A.L.	A.L.
433	MOBILIZADO				
		MOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS			
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	20.824,67	15.491,83	5.332,84	10.077,92
		20.824,67	15.491,83	5.332,84	10.077,92
423	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
		Equipamento Básico			
		515,36	515,36	0,00	0,00
424	Equipamento de transporte	3.000,00	3.000,00	0,00	12.620,13
426	Equipamento administrativo	93.231,69	85.124,92	8.106,77	15.718,56
428	Outras Imobilizações corpóreas	1.082.626,68	1.082.626,68	1.082.626,68	1.082.626,68
		1.179.373,73	88.640,28	1.090.733,45	1.110.955,39
443	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO				
		Propriedade Industrial e Outros Direitos			
		4.732,43		4.732,43	0,00
		4.732,43	0,00	4.732,43	0,00
32	EXISTÊNCIAS				
		Mercadorias			
		1.501,79		1.501,79	1.778,06
		1.501,79	0,00	1.501,79	1.778,06
211	DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
		Clientes, etc.			
		3.502,11		3.502,11	1.064,83
212	Estado e Outros Entes Públicos	1.503,05		1.503,05	1.295,41
263-263-267-268	Outros Devedores	5.221,71		5.221,71	17.218,02
		10.226,87	0,00	10.226,87	19.578,26
12	DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA				
		Depósitos Bancários			
		261.077,34		261.077,34	261.717,53
	Caixa	1.225,47		1.225,47	300,00
		262.302,81	262.302,81	262.302,81	262.017,53
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
		Acréscimos de Proventos			
		63.082,26		132.831,68	
272	Custos Diferidos	60,13		60,13	687,20
		63.142,39	0,00	63.142,39	133.518,88
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			104.132,11	
	PROVISÕES			0,00	
	TOTAL DO ATIVO	1.542.104,69	104.132,11	1.437.972,58	1.537.936,04

Código das Contas POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIO	
		31-12-2014	31-12-2013
51	FUNDOS PRÓPRIOS:		
		Património	
		1.315.950,90	1.315.950,90
59	Resultados Transitados	58.501,88	63.933,97
68	Resultado Líquido do Exercício	-48.588,18	-4.432,09
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	1.325.864,60	1.375.452,78
212	PASSIVO:		
		DÍVIDAS A TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO	
	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	0,00	5.521,65
		0,00	5.521,65
211	DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO		
		Empréstimos de Curto Prazo	
		66.064,38	104.425,09
221	Fornecedores, etc.	1.953,61	5.171,88
261	Fornecedores de Imobilizado, etc.		4.288,46
24	Estado e Outros Entes Públicos		3.135,08
263-263-267-268	Outros Credores		72.306,45
		72.306,45	112.731,85
273	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
		Acréscimos de Custos	
		17.404,17	17.404,17
274	Proventos Diferidos	22.855,59	22.855,59
		39.801,53	45.229,76
	TOTAL DO PASSIVO	112.107,98	163.483,26
	TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	1.437.972,58	1.537.936,04

O Técnico Oficial de Contas O Conselho Diretivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DEZEMBRO 2014 FUNDAÇÃO BIENAL DE ARTE DE CERVEIRA, F.P.

Código das Contas POCP	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS	
		31-12-2014	31-12-2013
61	CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATERIAS CONSUMIDAS:		
		Mercadorias	
		2.469,24	3.808,21
	Materias	0,00	294,63
		2.469,24	4.102,84
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
		120.494,50	
		284.308,58	
641 + 642	CUSTOS COM O PESSOAL	129.867,85	129.537,02
643 + 648	Remunerações	102.867,85	102.867,85
	Encargos Sociais	22.946,21	34.774,56
		22.946,21	44.820,16
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS		
		0,00	
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO		
		24.718,46	
		26.780,17	
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO		
		0,00	
		26.780,17	
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS		
		558,80	
		558,80	793,40
		273.683,24	480.296,57
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS		
		2.073,72	
		2.073,72	2.830,80
		275.756,96	483.127,37
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS		
		794,86	
		794,86	3.506,24
		276.451,82	486.633,61
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		
		-48.588,18	
		-48.588,18	-5.432,09
		-227.873,64	-481.201,52

Código das Contas POCP	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		31-12-2014	31-12-2013
7111	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:		
		Vendas de Mercadorias	
7112 + 7113		11.647,74	5.898,94
712	Vendas de Produtos	0,00	0,00
713	Prestações de Serviços	8.437,68	23.096,55
715	Reembolsos e Restituições	0,00	0,00
716	Anulações	0,00	0,00
		20.085,42	28.995,49
72	IMPOSTOS E TAXAS		
		0,00	
64	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO		
		0,00	
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE		
		0,00	
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES		
		0,00	
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS		
		178.777,73	
		419.695,63	
76	OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS		
		0,00	
		178.777,73	419.695,63
		198.863,15	448.691,12
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		
		5.940,12	
		5.940,12	5.549,97
		204.803,27	454.241,09
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS		
		23.070,37	
		23.070,37	26.960,43
		227.873,64	481.201,52
	RESUMO:		
	Resultados Operacionais (B)-(A):	-74.820,09	-31.605,45
	Resultados Financeiros (D)-(C)-(A):	3.866,40	2.719,17
	Resultados Correntes (D)-(C):	-70.953,69	-28.886,28
	Resultado Líquido do Exercício (F):	-48.588,18	-5.432,09

O Técnico Oficial de Contas O Conselho Diretivo

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA A 31 DEZEMBRO 2014

RECEBIMENTOS	
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	262.017,53
RECEITAS ORÇAMENTAIS	553.845,91
Correntes	275.088,88
Capital	278.757,03
Outras	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	117.620,89
TOTAL	933.484,33

PAGAMENTOS	
DESPESAS ORÇAMENTAIS	554.651,61
Correntes	258.816,65
Capital	295.834,96
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	116.529,91
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	262.302,81
TOTAL	933.484,33

O anexo faz parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

1.4 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Ver Relatório de Gestão.

1.5 – RECURSOS HUMANOS

A Fundação Bial de Arte de Cerveira conta a 31/12/2014 com 8 funcionários nos seus quadros.

1.6 – ORGANIZAÇÃO CONTABILISTICA

O artigo 57.º da Lei n.º 50/2012 de 31/08 (Regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais) remete para a Lei-Quadro das Fundações (aprovada pela Lei n.º 24/2012 de 9/07, assim como o artigo 2.º dos Estatutos da Fundação Bial refere que a mesma se rege pela Lei-Quadro das Fundações. Tendo em conta que o n.º 7 do artigo 9.º da Lei-Quadro das Fundações refere que as fundações públicas estão sujeitas ao regime de gestão económico-financeira e patrimonial previsto na lei quadro dos institutos públicos (Decreto-Lei n.º 5/2012 de 17/01) e o artigo 39.º da Lei-Quadro dos Institutos Públicos (no Capítulo III – Gestão económico-financeira e patrimonial) refere que se aplica o POCF – Plano Oficial de Contabilidade Pública, daí as contas de 2014 terem sido preparadas de acordo com o POCF.

2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam à numeração definida pelo POCF (Plano Oficial de Contabilidade Pública), com exceção das que para o presente exercício não são aplicáveis.

2.1 – INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCF

Em termos contabilísticos foram cumpridas as disposições do POCF e demais normas e diretrizes contabilísticas. Em 2013, foi adotado pela primeira vez o Plano Oficial de Contabilidade Pública.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, de acordo com o POCF.

IMOBILIZADO CORPÓREO

O Imobilizado Corpóreo encontra-se registado ao custo de aquisição. Os Bens do património histórico e cultural, nomeadamente as Obras de Arte, foram objeto de especialização através de uma avaliação efetuada por uma entidade credenciada, encontram-se registados pelo justo valor.

Nos equipamentos de transporte está incluída uma viatura que foi doada à Fundação e está registada pelo justo valor.

A metodologia de amortização utilizada foi a aplicação das taxas máximas previstas no Decreto - Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado. A viatura doada está a ser amortizada de acordo com a vida útil esperada.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como custo no período em que ocorrem. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um qualquer bem é determinado através da diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

A Fundação tem registado no seu ativo Obras de Arte que, dada a sua natureza, têm um valor residual demasiado elevado e aproximado da quantia escriturada dos ativos. Estes bens não são portanto sujeitos a amortização.

IMOBILIZADO INCORPÓREO

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

- (a) Clientes e outros devedores

Os saldos de clientes e de outros devedores são registados ao custo correspondente ao seu valor nominal.

(b) Caixa e depósitos bancários
Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo. O custo corresponde ao seu valor nominal.

(c) Fornecedores e outros credores
Os saldos de fornecedores e de outros credores são registados ao custo. O custo destes passivos financeiros corresponde ao seu valor nominal.

(d) Empréstimos
Os empréstimos são registados no passivo ao custo.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses empréstimos.

RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda. A Fundação não tem qualquer registo de rédito proveniente de vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos resultantes do uso por terceiros de ativos da entidade.

PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuadas estimativas e utilizados alguns pressupostos que afetam as quantias relatadas nos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas em proveitos e custos do período. As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- (a) Vidas úteis do imobilizado corpóreo e incorpóreo;
 - (b) Férias e Subsídio de Férias do Pessoal;
 - (c) Imputação a Transferências e subsídios obtidos no âmbito dos Projetos, “Incubadora de Indústrias de Cerveira” e “Bial de Cerveira – 35 Anos de valores culturais e arte contemporânea”.
- As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho n.º 1543/2010 da Presidência do Conselho de Ministros em 7 de Janeiro de 2010, conforme publicado na Parte C do Diário da República, 2ª série – N.º 15 de 22 de Janeiro de 2010, foi reconhecida a Fundação Bial de Arte de Cerveira. Pelo que a Fundação está isenta de IRC, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do art.º 9 do CIRCI.

ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo à medida que são devidos.

ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Fundação regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo que os proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registadas como ativos ou passivos.

2.2 – CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e demonstração dos resultados são:

IMOBILIZADO INCORPÓREO

Programas de computador

- (a) as taxas de amortização/depreciação são as definidas no Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.
- (b) o método de amortização usado é o de quotas constantes por duodécimos.

IMOBILIZADO CORPÓREO

Divulgação sobre o imobilizado corpóreo.

(a) o critério de mensuração usado é o custo de aquisição para todos os bens de imobilizado, à exceção dos Bens do património histórico e cultural que foram objeto de uma especialização através de uma avaliação por uma entidade credenciada e que estão mensurados ao justo valor e de uma viatura que foi doada à Fundação incluída nos equipamentos de transporte, que estão também mensuradas ao justo valor.

(b) o método de amortização usado é o de quotas constantes por duodécimos.

(c) as taxas de amortização/depreciação são as definidas no Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

As obras de arte incluídas nos Outros Imobilizações Corpóreas não estão sujeitas a amortização, por ter uma vida útil indefinida. O equipamento de transporte que foi doado à Fundação está a ser amortizado de acordo com a vida útil esperada.

DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

DISPONIBILIDADES

As disponibilidades de caixa e em depósitos expressam os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira.

2.3 - Medida em que o resultado do exercício foi afetado:

a) Por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4, «Critérios de valorimetria»;

Não aplicável.

b) Por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas;

A Fundação, por considerar mais apropriada à vida útil dos bens que detém no seu ativo imobilizado, continuou a utilizar as taxas máximas definidas no Decreto-Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, em vez de ter adotado as taxas definidas no CIBE (Cadastro e inventário dos bens do Estado) aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de

Abril.

Assim, por esta opção os resultados foram afetados negativamente em cerca de 627,66 € e o ativo em 12.122,94 €.

c) Por províes extraordinárias respeitantes ao ativo. Não aplicável.

2.4 – IMOBILIZADO INCORPÓREO

As imobilizações incorpóreas são constituídas por propriedade industrial e outros direitos e referem-se aos programas de computadores. Estas imobilizações foram amortizadas pelos métodos das quotas constantes à taxa legal.

2.5 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO

Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e províesões, de acordo com os quadros seguintes:

Ativo Bruto

Rubricas	Exercícios				Saldo Final
	2014	2013	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
				2014	2013
De Imobilizações Incorpóreas					
Propriedade industrial e outros direitos	20.824,67				20.824,67
	20.824,67				20.824,67
De Imobilizações Corpóreas					
Equipamento básico	515,36				515,36
Equipamento de transporte	28.641,45		25.641,45		3.000,00
Equipamento administrativo	86.011,52		7.220,17		93.231,69
Outros Imobilizações corpóreas	1.082.626,68				1.082.626,68
	1.197.795,01		7.220,17		1.179.373,79
De Imobilizações em Curso					
Propriedade industrial e outros direitos			4.732,43		4.732,43
			4.732,43		4.732,43
Total	1.218.619,68		11.992,60		1.204.930,83

Amortizações e Provisões

Rubricas	Exercícios				Saldo Final
	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final	
De Imobilizações Incorpóreas					
Propriedade industrial e outros direitos	10.746,75	4.745,08			15.491,83
	10.746,75	4.745,08			15.491,83
De Imobilizações Corpóreas					
Equipamento básico	515,36				515,36
Equipamento de transporte	16.021,32	5.141,40	18.162,72		3.000,00
Equipamento administrativo	70.292,94	14.831,98			85.124,92
	86.829,62	19.973,38	18.162,72		88.640,28
Total	97.576,37	24.718,46	18.162,72		104.132,11

2.6 – FUNDO PATRIMONIAL

Os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas do “Fundo patrimonial”.

Fundos próprios

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
51 - Património	1.315.950,90			1.315.950,90
59 - Resultados transitados	63.933,97		5.432,09	58.501,88
88 - Resultado líquido	-5.432,09	-48.588,18	-5.432,09	-48.588,18
	1.374.452,78	-48.588,18	0,0	1.325.864,60

2.7 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	1.778,06	0,00	1.778,06
Compras	2.192,97	0,00	2.192,97
Regularização de existências	0,00	0,00	0,00
Existências finais	1.501,79	0,00	1.501,79
Custo no exercício	2.469,24	0,00	2.469,24

2.8 – REPARTIÇÃO DO VALOR LÍQUIDO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Descrição	2014	2013	%
Vendas	11.647,74	5.898,94	197,5%
Serviços prestados	8.437,68	23.096,55	-63,5%
Total	20.085,42	28.995,49	-30,7%

2.9 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
68.1 - Juros suportados	2.073,72	2.830,80	78.1 - Juros obtidos	5.940,12	5.549,97
68.2 - Perdas em entidades participadas			78.2 - Ganhos em entidades participadas		
68.3 - Amort. Investimentos em imóveis			78.3 - Rendimentos de Imóveis		
68.4 - Provisões aplicações financeiras			78.4 - Rendimentos participações de capital		
68.5 - Diferenças de câmbio desfavoráveis			78.5 - Diferenças de câmbio favoráveis		
68.7 - Perdas na alienação aplic. Tesouraria			78.6 - Desc. p. p. Obtidos		
68.8 - Outros custos e perdas financeiras			78.8 - Outros proveitos e ganhos financeiros		
Resultados Financeiros	3.866,40	2.719,17		5.940,12	5.549,97
	5.940,12	5.549,97			

2.10 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	Exercícios		Proveitos e Ganhos	Exercícios	
	2014	2013		2014	2013
69.1 - Transf. de Capital Concedidas			79.1 - Restituição de impostos		
69.2 - Dívidas incorríveis			79.2 - Recuperação de Dívidas		
69.4 - Perdas em imobilizações			79.4 - Ganhos em imobilizações	8.031,27	895,84
69.5 - Multas e penalidades	25,00	41,25	79.5 - Benefícios penalidades contratuais		
69.6 - Aumentos Amortizações e provisões			79.6 - Reduções amort. provisões		
69.7 - Correções rel. exerc. anteriores		2.589,53	79.7 - Correções rel. exerc. anteriores		9.865,80
69.8 - Outros custos e perdas extraordinárias	679,66	875,46	79.8 - Out. prov. e ganhos extraordinários	15.039,10	16.198,79
Resultados Extraordinários	22.365,51	23.454,19		23.070,37	24.960,43
	23.070,37	24.960,43			

3. – OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 não existem dívidas em mora à Segurança Social e à Autoridade Tributária.

O Técnico Oficial de Contas O Conselho Diretivo

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

À Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira (de acordo com o artigo 55.º da Lei Quadro das Fundações)

1- Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, apresentamos o nosso Relatório sobre a ação fiscalizadora por nós exercida na FUNDAÇÃO BIENAL DE CERVEIRA, F.P. e o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, que foram submetidos à nossa apreciação pelo Conselho Diretivo.

2- Acompanhamos com regularidade o desenrolar das atividades e diligências efetuadas pela fundação, tendo recebido do Conselho Diretivo os elementos necessários para o desempenho das nossas funções.

3- No cumprimento da nossa ação fiscalizadora, procedemos às verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo efetuado os testes e outros procedimentos com a profundidade que julgamos adequada nas circunstâncias, tendo recebido dos serviços toda a colaboração solicitada.

4- Apreciamos o Relatório anual, o Balanço, a Demonstração de Resultado por natureza, os Fluxos de Caixa, Controlo Orçamental e o Anexo às Demonstrações Financeiras que estão elaborados com as disposições legais aplicáveis à Fundação Bial de Arte de Cerveira enquanto fundação pública de direito privado, refletindo assim a sua posição financeira, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa.

5- Como Sociedade de Revisores Oficiais de Contas emitimos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria.

6- Considerando que o Relatório do Conselho Diretivo descreve de modo claro a evolução registada pela Fundação, tendo em atenção a referida Certificação Legal das Contas e dado que não tomámos conhecimento de violação à Lei e aos Estatutos, somos de parecer que se:

- a) Delibere sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho Diretivo, referentes ao exercício de 2014;
- b) Delibere sobre a proposta de aplicação de resultados; Guar-da,

27 de abril de 2015

O Fiscal Único
MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC, S.A.

representada por:
Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da FUNDAÇÃO BIENAL DE ARTE DE CERVEIRA, F.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de ativo líquido de 1.437.973 euros e um total de fundos próprios de 1.325.865 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 48.588 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 554.652 euros de despesa paga e um total de 553.846 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Fundação, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostr